

EDUCAÇÃO SANITÁRIA EM DEFESA AGROPECUÁRIA

O setor do agronegócio representou 23% do PIB nacional em 2014 (Cepea), e com a globalização, o país começou a exportar mais produtos para maior número de países.

Porém, o crescimento do comércio exterior no sentido inverso permitiu a introdução de pragas exóticas, causando prejuízos à agropecuária e os países importadores ficaram mais exigentes quanto à sanidade dos produtos agropecuários brasileiros. Essa situação também é observada na relação de comércio envolvendo produtos de origem animal e vegetal, entre os estados brasileiros.

Garantir a sanidade e a qualidade nas cadeias produtivas do agronegócio brasileiro é responsabilidade do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA, e no estado de São Paulo é atribuição da Coordenadoria de Defesa Agropecuária - CDA/SAA, por meio de legislações e atividades de fiscalização.

Ações de Defesa Sanitária sem conteúdo educativo, criam sentimentos de rejeição da comunidade ao Serviço de Defesa. Por isso a Educação Sanitária é considerada atividade estratégica e instrumento de Defesa Agropecuária, pois promove a compreensão e aplicação da legislação sanitária, por meio de projetos educativos, estimulando o comprometimento dos segmentos produtivos e da comunidade, quanto a necessidade e benefícios decorrentes da manutenção da sanidade, inocuidade e qualidade dos produtos e serviços ligados à agropecuária.

A Educação Sanitária é um processo ativo e contínuo de utilização de meios, métodos e técnicas capazes de educar e desenvolver consciência crítica no público alvo, e tem como objetivo melhorar as condições diretas ou indiretas da saúde do indivíduo, dos animais, das plantas e do meio ambiente.

Ela somente se realiza, efetivamente, na medida em que o público a quem ela se dirige internaliza a idéia (conhecimento e atitude) e passa a adotá-la (ação). O desafio é que o público alvo adote novos comportamentos, de acordo com os objetivos sanitários propostos.

Para que os resultados desejados sejam alcançados, deve ser observado em conjunto a tríade que envolve o conhecimento de **Epidemiologia** (estudo de pragas e doenças visando monitorar, localizar e elaborar estratégias para conter sua disseminação), as ações de **Defesa Sanitária** (legislação baseada na epidemiologia, para evitar disseminação ou entrada de pragas e doenças de importância econômica, social e ambiental) e ações de **Educação Sanitária**.

Em 15/05/2008 foi instituído o Programa Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária (PROESA), pela Instrução Normativa 28/2008. No segundo semestre de 2010, reconhecendo que o sucesso do PROESA depende, em grande parte, da ação articulada e sinérgica do conjunto das instituições e segmentos sociais envolvidos ou interessados em atividades dessa natureza, a SFA/SP/MAPA, a

CATI/SAA/SP, a CDA/SAA/SP e a Federação da Agricultura e Pecuária no Estado de São Paulo - FAESP, formaram a Comissão de Educação Sanitária no Estado de São Paulo - CESESP, que tem por objetivo ser um fórum para discussão de idéias e projetos nessa área no estado, criando oportunidades de planejamento comum e de lançamento das bases para uma eventual cooperação operacional.

Várias entidades contam com representantes nessa comissão: MAPA, EMBRAPA, CATI, CDA, APTA e IEA da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, FAESP, Secretarias de Saúde, Saneamento e Educação, CETESB, USP, UNESP, APM, INPEV, ANDEF, FUNDECITRUS e FMU.

Dentro da CESESP foram levantados alguns assuntos prioritários, para os quais foram criadas as Subcomissões de: Ensino Técnico e Universitário, de Ensino Fundamental e Médio, de Destinação de Resíduos e Embalagens de Produtos Veterinários e Subcomissão de Resíduos de Embalagens e Produtos Veterinários.

O primeiro produto do trabalho dessas Subcomissões foi uma proposta de disciplina sobre Educação Sanitária em Defesa Agropecuária para os ensinos técnico e universitário. Foi elaborado também um relatório técnico, visando estabelecer as responsabilidades do setor privado quanto à destinação e logística reversa dos resíduos sólidos inorgânicos. Esse documento foi enviado, em dezembro de 2014, para o Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários do MAPA/DFIP, propondo a criação de legislação nessa área.

Várias outras atividades na área de Educação Sanitária tem sido desenvolvidas pelas entidades que participam da CESESP. Destacamos algumas que tiveram participação de representantes de diversos órgãos: Cursos para Formação de Multiplicadores no Método SOMA, Aplicação de questionário educativo, em 118 propriedades rurais, sobre a raiva dos herbívoros e medidas de prevenção da encefalopatia espongiforme bovina e Encontro Técnico sobre alimentação de ruminantes, no município de Socorro (SFA-SP, CATI/SAA, CDA/SAA e prefeitura), entrevista técnica sobre Anemia Infecciosa Equina (AIE) em 03 estações de rádio, reunião técnica com os organizadores da Cavalaria de São Benedito e aplicação de questionário educativo sobre medidas preventivas para AIE, no município de Guaratinguetá (SFA-SP, FMU, cooperativas e prefeitura), Projeto Sanitarista Mirim nos municípios de Novo Horizonte, Guatapará e Presidente Epitácio (CDA/SAA e prefeituras).

Izabel Cristina Cardoso Giovannini (MAPA/SFA/SP)

Cleonice Natália Sguarezi (SAA/CDA/SP)

Jairo da Costa e Silva (Prefeito de Tarumã)